

---

JOÃO FREIRE

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

## Problemas técnico-metodológicos em inquéritos sociológicos: a propósito de questões de valores e orientações dos sujeitos em matéria sócio-económica

---

*Em dois bons inquéritos de opinião, representativos da população portuguesa do Continente, realizados sucessivamente nos finais de 1997 e princípios de 1998, foram formuladas questões centradas sobre o trabalho, o emprego e os tempos livres.*

*O presente texto procura problematizar certos aspectos de interpretação de alguns dos resultados apurados e da coerência interna que os suporta (ou da aparente falta dela). O objectivo é o de discutir criticamente os processos metodológicos de inquérito*

*que foram utilizados. O eventual questionamento das formulações teóricas subjacentes não é aqui empreendido.*

*Neste ensaio, são tratadas, em particular, questões relativas a discrepâncias de resultados observadas dentro do mesmo inquérito, a problemas técnicos das escalas de resposta utilizadas, à coerência da formulação de determinados conjuntos de perguntas e, por último, à percepção de equidade e de diferença em matéria sócio-económica.*

37

**E**m dois bons inquéritos de opinião, representativos da população portuguesa do Continente, realizados sucessivamente nos finais de 1997<sup>1</sup> e princípios de 1998<sup>2</sup>, aos quais

---

<sup>1</sup> Projecto de investigação realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, liderado por Manuel Villaverde Cabral, integrado na rede ISSP (*International Social Survey Program*), que promove anualmente inquéritos sobre atitudes sociais em uma trintena de países, variando os temas de ano para ano. Este, refere-se ao ano de 1997 e teve como objecto as atitudes perante o trabalho. Foi tecnicamente executado pelo INE, sobre uma amostra probabilística da população residente no Continente de 2.000 indivíduos. Em 1998 foi feito um novo inquérito sobre a religião e o de 1999 será sobre as desigualdades sociais. Já foi disponibilizada a informação recolhida em M. V. Cabral *et al.* (1998).

<sup>2</sup> Inquérito realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos para o Observatório do Emprego e Formação Profissional. Os resultados foram apresentados em: João Freire *et al.*, *Atitudes Face ao Emprego, Trabalho e Tempo Livre*, Lisboa, OEFP/IESE, 1998 (relatório, à espera de edição em livro). Este inquérito foi realizado telefonicamente, a domicílio, a uma amostra de 810 indivíduos, estratificada por sexo, idade e situação de empregado/desempregado. *A posteriori*, a amostra acusou alguma distorção favorável aos grupos das profissões científicas e técnicas e dos dirigentes superiores de empresas, ou seja, os grupos «superiores» da CNP.

tive a oportunidade de estar ligado, foram formuladas questões centradas sobre o trabalho, o emprego e os tempos livres.

Gostaria de aproveitar o ensejo, não para comunicar ou comentar alguns dos resultados substantivos apurados – o que está a ser feito por outras vias – mas, outrossim, para problematizar certos aspectos de interpretação de alguns desses resultados e da coerência interna que os suporta (ou da aparente falta dela), seja para porventura pôr em causa os processos metodológicos de inquérito a que recorremos, seja para questionar as formulações teóricas subjacentes (o que aqui não é feito, note-se).

Julgo que, deste modo, este pequeno e limitado ensaio se adequará melhor ao espírito crítico – das nossas próprias produções – que se pretende realçar com o tema-chave deste colóquio, independentemente das apreciações que possam ser feitas ao próprio conceito de teoria crítica.

Assim, tratarei seguidamente: 1) das discrepâncias de alguns resultados apurados dentro do mesmo inquérito (ISSP - 97); 2) de diferenças observadas, imputáveis a questões técnico-metodológicas; 3) da coerência interna das respostas obtidas no «módulo português» do referido inquérito<sup>3</sup>; 4) por último, de certas percepções de equidade e de diferença existentes nos sujeitos, em matéria sócio-económica.

Para tal exercício recorrerei não apenas aos dois inquéritos citados, mas igualmente aos inquéritos realizados pela equipa do Prof. Villaverde Cabral em 1991<sup>4</sup> e 1994<sup>5</sup>, sobre o mesmo assunto.

## 1. Discrepâncias de alguns resultados apurados

### *1º caso: poupança*

No módulo exclusivamente português do inquérito ISSP-97, duas perguntas, próximas na ordem da sua apresentação mas formuladas de maneira diferente, versavam sobre a mesma questão: a capacidade de poupança familiar do respondente. A primeira (P64) constituía uma das alternativas de resposta («conseguem fazer poupanças»; sendo as outras «gastam todo o dinheiro de que dispõem», etc.) a uma per-

<sup>3</sup> Módulo da responsabilidade exclusiva da equipa portuguesa, designado por «Percepção económica e laboral», destinado a ser regularmente aplicado nos inquéritos dos próximos anos.

<sup>4</sup> Sobre este inquérito, ver, em particular, o texto de M. V. Cabral, E. Freitas e M. L. Rodrigues «Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento», in Gouveia (1993: 23-63).

<sup>5</sup> Sobre este inquérito, ver, em particular, o artigo de M<sup>a</sup> de Lurdes Rodrigues (1995).

gunta que inquiria sobre como a família fazia face às suas necessidades económicas. A segunda (P70C) procurava averiguar os projectos de consumo imediato das famílias (próximo ano), colocando, entre várias outras, a alternativa de «poupar e fazer reservas para o futuro», para ser respondida por sim ou não. Os resultados apurados indicaram que na primeira pergunta foram 36% os que responderam conseguir fazer poupanças, enquanto que na segunda foram 62% aqueles que afirmaram esperar fazer poupanças.

É certo que «conseguir» refere-se ao passado e ao presente e «esperar» reporta-se a uma previsão futura, mas a diferença de 26 pontos percentuais entre as duas respostas, tendo em conta o curtíssimo prazo da distanciação temporal das duas referências, é de molde a levantar suspeitas de *discrepância* ou mesmo de *desconfiança* quanto aos resultados apurados.

Em duas perguntas consecutivas do questionário do ISSP-97 era perguntado aos inquiridos, de forma diferente, o regime de duração semanal de trabalho a que estavam sujeitos: a primeira (P7), num quadro de identificação da situação perante a actividade que incluía as alternativas de «empregado a tempo inteiro (>35 horas semanais)», «empregado a tempo parcial (15-34 horas)» e «empregado a tempo menos que parcial (<15 horas)»; a segunda (P8) inquiria explicitamente aos respondentes «o número de horas que trabalha em média por semana». Os resultados apurados foram os seguintes:

*2º caso: duração semanal do trabalho*

Quadro 1

Duração Semanal do Trabalho	P7	P8
Igual ou superior a 35 horas	91%	87%
Entre 15 a 34 horas	7%	10%
Menos de 15 horas	2%	3%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Apesar das diferenças entre os dois resultados só ultrapassarem ligeiramente a margem de erro de 3%, parece plausível questionar a *incongruência* eventual destes resultados, dado tratar-se de informação objectiva – e não opinativa

– do domínio das práticas quotidianas dos respondentes e, enfim, terem sido as perguntas formuladas de maneira clara e objectiva, uma imediatamente após a outra.

3º caso:  
factores  
de importância  
do trabalho

É interessante analisar também as respostas obtidas a duas perguntas inseridas no inquérito ISSP-97 relativas aos vários factores que conferem importância ao trabalho: na primeira (P33), inquiria-se quão importante era, para o respondente, cada um dos factores considerados; na segunda (P43), pedia-se uma avaliação do inquirido sobre a sua própria actividade profissional, segundo cada um daqueles mesmos factores. Eis os resultados obtidos de maneira simplificada (apenas respostas adicionadas de «Importante» + «Muito importante»):

Quadro 2

Factores	Desejado: P33	Realizado: P43	Diferença
Segurança/estabilidade do emprego	94%	64%	-30
Remuneração elevada	81%	15%	-66
Boas oportunidades de promoção	80%	26%	-54
Poder ajudar outros	87%	85%	-2
Ser útil à sociedade	87%	88%	+1
Trabalho interessante	86%	81%	-5
Trabalhar com autonomia	69%	73%	+4
Poder decidir horários de trabalho	48%	-	-

Estes resultados parecem extremamente curiosos e ricos de questionamentos. Assim, pode pensar-se que em relação aos três primeiros factores (segurança do emprego, remuneração e promoção) se estará perante respostas que traduzem valorizações e avaliações racionais dos sujeitos. Com efeito, é plausível que o maior diferencial entre «expectativas» e «realizações» se situe no factor «remuneração elevada» (note-se que «elevada» não quer dizer «justa», mas é provável que aquele seja um valor que orienta um grande número de indivíduos na nossa sociedade). De modo idêntico, parecem igualmente plausíveis os diferenciais registados quanto à «promoção» e à «segurança do emprego». Contudo, como

explicar os diferenciais mínimos que se encontram nos factores da «ajuda a terceiros» e da «utilidade social»? Como entender que neste último caso a percentagem de realização *ultrapasse* até aquilo que é desejado? E que o mesmo volte a acontecer, com um pouco mais de expressão, no que respeita à «autonomia»? De notar ainda que o factor «decisão sobre horários» funciona aqui como um elemento de controlo, já que a valorização obtida, claramente abaixo de todos os outros, confirma a *intenção* do respondente de pontuar em níveis muito elevados os restantes *items*.

É então talvez legítimo avançar como hipótese o seguinte esquema interpretativo:

- Nesta lista de factores que conferem importância ao trabalho, encontram-se, de facto, *três categorias de referências* para os respondentes, identificadas pelos termos ou expressões utilizadas.
- No que respeita à segurança do emprego, remuneração e promoção, trata-se de uma categoria de referências objectivas e concretas, que os sujeitos podem analisar em termos operativos e perante as quais se posicionam em função dos seus *valores* sócio-económicos. É, pois, de admitir que as suas respostas tenham sido verdadeiras e sinceras.
- Quanto à autonomia e interesse do trabalho, podemos imaginar que, ao responder a tais questões, os inquiridos já tenham assumido uma postura «táctica», no contexto de interacção da entrevista, sobretudo no sentido de defenderem uma *auto-imagem* favorável ao seu próprio *ego*.
- Finalmente, no que toca à ajuda a outros e à utilidade, podemos dar como hipóteses que, colocados perante respostas inconsequentes, isto é, sem penalização para o próprio em caso de responder falso, os inquiridos terão aqui agido sobretudo sob o efeito da *norma social* existente, que comanda que o trabalho *deve ser* útil e altruista.

A mesma pergunta sobre a avaliação do próprio emprego (P43) permite levantar uma outra questão técnico-metodológica. Com efeito, no inquérito do OEFP-98 que seguiu de pouco o do ISSP-97 que temos vindo a referir, esta mesma

4<sup>o</sup> caso: avaliação do próprio emprego

pergunta foi incluída. Contudo, no *item* das «boas oportunidades de promoção», a formulação foi alterada para «boas oportunidades de *progressão*». O quadro seguinte mostra os resultados obtidos em ambos os inquéritos, onde é patente a diferença de resultados neste factor, a qual, logicamente, só pode ser imputada às diferentes (e legítimas) conotações e interpretações feitas pelos respondentes às palavras «promoção» e «progressão».

Quadro 3

Factor:	ISSP - 97 <sup>6</sup>	OEFP - 98
Segurança, estabilidade	74%	75%
Remuneração elevada	23%	28%
Promoção/Progressão	39%	54%
Trabalho interessante	86%	89%
Trabalho com autonomia	76%	73%

Em face destes quatro casos, parece lícito admitir que eles possam ser o resultado, isolada ou conjugadamente, de alguma das seguintes explicações:

- 1<sup>a</sup> – Pouca atenção, convicção ou seriedade emprestada pelos inquiridos no processo de recolha da informação, remetendo para as condições técnicas de realização das entrevistas.
- 2<sup>a</sup> – Interpretação e compreensão dos entrevistados face às perguntas e termos com que são confrontados, colocando aqui questões de tradução de linguagens (com o recurso supletivo da assessoria que, neste caso, é assumida pelo entrevistador), com a responsabilidade fundamental a caber ao autor do questionário e ao processo da sua validação prévia.
- 3<sup>a</sup> – Incoerência de respostas, remetendo para organizações próprias do universo e das representações mentais dos respondentes, fenómeno inevitável e que deve ser tido em conta em toda a leitura estatística de resultados.

<sup>6</sup> Resultados reconvertidos para uma escala binária (concordo/não concordo), para efeitos da comparação com o inquérito seguinte.

4ª – Efeitos das normas sociais, dos valores orientadores e das atitudes auto-protectoras dos respondentes, em situação de interpelados, que devem ser previstos pelos autores dos questionários, no recurso que fazem a determinados esquemas teóricos de referência.

As questões que queremos aqui levantar referem-se à estrutura das escalas utilizadas e aos termos utilizados para os vários graus que as definem.

No inquérito internacional ISSP-97 havia uma pergunta (P51) acerca da satisfação globalmente experimentada pelos respondentes acerca da sua actividade profissional, com as seguintes alternativas de resposta: Completamente satisfeito; Muito satisfeito; Bastante satisfeito; Nem satisfeito, nem insatisfeito; Bastante insatisfeito; Muito insatisfeito; Completamente insatisfeito.

No mesmo inquérito, mas no módulo exclusivamente português e bastante longe da primeira, foi inserida uma outra pergunta sobre a satisfação profissional (P71), com a seguinte escala de respostas alternativas: Bastante satisfeito; Satisfeito; Insatisfeito; Bastante insatisfeito.

No primeiro caso temos uma escala com 7 graus (a mais longa de todas as utilizadas neste questionário) e, portanto, com «ponto médio»; no segundo, temos uma escala com 4 graus, sem «ponto médio».

Eis o quadro que confronta os dois resultados obtidos, simplificado com a adição das parcelas em apenas duas categorias («satisfeitos» e «insatisfeitos»), e com o exercício extra de conversão da escala ímpar em escala par:

Quadro 4

Avaliação:	P51: (ISSP)		P71: (MVC)
Satisfeitos	71%	82%	88%
Nem... nem...	22%		
Insatisfeitos	7%	18%	12%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Embora a diferença entre os dois resultados não exceda os seis pontos percentuais, ela é já suficiente para ilustrar os efeitos dos diferentes tipos de técnicas usados na construção

## 2. Diferenças observadas, imputáveis a questões técnico-metodológicas

5º caso: satisfação no trabalho

6º caso: valor  
e centralidade  
do trabalho

de escalas de respostas fechadas sobre os próprios resultados. Num plano lógico-formal, como se sabe, é muito diferente ter que escolher entre, no limite, um sim ou um não, ou optar, numa escala de qualidades, entre uma das «medidas» da «virtude» ou do «defeito» podendo ainda refugiar-se num «ponto médio» menos comprometedor.

Para medir este parâmetro do valor e centralidade do trabalho nas atitudes dos indivíduos perante a actividade económica, o inquérito ISSP-97 formulou uma bateria de três afirmações, devendo o inquirido manifestar a sua opinião concordante ou discordante sobre cada uma delas (numa escala de 5 graus, com ponto médio: «Não concordo nem discordo») (P41). O inquérito do OEFP-98 repetiu esta mesma questão, porém usando uma escala de respostas alternativas de 4 graus sem ponto médio (2 de concordância e 2 de discordância). Eis a confrontação dos resultados apurados nos dois inquéritos, no quadro junto, simplificado com a adição das parcelas em apenas duas categorias («concordo» e «discordo»), e com o exercício extra de conversão da escala ímpar em escala par:

Quadro 5

Afirmação:	ISSP-97		OEFP-98
«O trabalho é apenas uma maneira de ganhar dinheiro»			
Concordo	47%	51%	69%
Nem... nem...	8%		
Discordo	45%	49%	31%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
«Trabalharia, ainda que não precisasse»			
Concordo	63%	66%	90%
Nem... nem...	8%		
Discordo	29%	34%	10%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
«O trabalho é a actividade mais importante duma pessoa»			
Concordo	77%	80%	63%
Nem... nem...	6%		
Discordo	17%	20%	37%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>



Os resultados dos dois inquéritos diferem notavelmente, como se vê. Foram mesmo os mais díspares de todos aqueles em que a confrontação foi possível. Realizados com cerca de quatro meses de intervalo, o que pode justificar as discrepâncias de resultados apurados nas duas operações de inquérito? A nosso ver, tudo indica que, para além do que foi dito no final do ponto 1, estas diferenças sejam fundamentalmente devidas ao enviesamento ocorrido na amostra interrogada no inquérito do OEFP, como foi reconhecido pelos autores, com uma sobrepesagem das categorias dos «profissionais científicos e técnicos» e dos «dirigentes de empresas», que porventura melhor se dispuseram a responder a este inquérito (telefónico, a domicílio) em relação à generalidade das outras categorias profissionais.

No exercício de comparação de resultados de inquéritos de opinião diferidos no tempo, o efeito da percepção conjuntural do estado da economia pode ser muito significativo. O quadro junto põe de manifesto os resultados obtidos em 1991, 1994, 1997 e 1998 quanto a duas questões: a satisfação com a actividade profissional do sujeito (já acima analisada no que toca ao inquérito ISSP-97) e a disposição atitudinal dos respondentes perante a hipotética alternativa de poderem escolher entre «mais tempo de trabalho e mais dinheiro» *versus* «menos tempo de trabalho e menos dinheiro» (simplificaram-se os resultados pela adição de parcelas, e com o exercício extra de conversão da escala ímpar em escala par):

*7º caso: efeito da conjuntura económica*

Quadro 6

Questão:	MVC-91	MVC-94	ISSP-97	OEFP-98
«Satisfeitos»	76%	75%	82%	90%
«Insatisfeitos»	24%	25%	18%	10%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
«Mais tempo de trabalho e mais dinheiro»	67%	74%	71%	58%
«Menos tempo de trabalho e menos dinheiro»	33%	26%	29%	42%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Tendo em conta a regularidade dos intervalos entre os três primeiros inquéritos e o conhecimento que temos do «efeito metodológico» do enviesamento da amostra surgido no quarto, a leitura destes resultados permite formular a hipótese de, *nestas perguntas*, as respostas virem afectadas pela percepção que o indivíduo tem do estado da dinâmica económica na conjuntura do tempo em que o inquérito foi realizado. Vale a pena recordar que, após o «optimismo» reinante em Portugal em 1991 (ano da reeleição do PSD com maioria absoluta), 1994 foi um ano vivido em grande parte dos *media*, da classe política e da opinião pública como o «fundo da vaga» que haveria, meses depois, de pôr fim ao «cavaquismo» e levar ao actual governo do PS; e que este tem vindo geralmente a ser caracterizado como beneficiando de uma conjuntura económica favorável, onde o ano de 1998 pontificou como «o ano de todos os sucessos». Esquematizando grosseiramente, podemos dizer que o «clima económico» seria «expansivo-optimista» em 1991, «recessivo-pessimista» em 1994 e de novo «expansivo-optimista» (para não dizer «eufórico») em 1997/98.

46

### 3. Coerência interna das respostas obtidas no «módulo português» do ISSP

Ao inquérito do ISSP-97 acrescentou-se, como já se disse, um módulo exclusivamente português relativo à «percepção económica e laboral».

Estas questões procuravam formular as avaliações feitas pelos inquiridos acerca das condições económicas actuais face às necessidades de consumo, bem como as suas previsões racionais sobre a evolução dessas mesmas condições, e ainda da vida profissional do respondente, da situação do mercado de trabalho e da diferença entre Portugal e a União Europeia, num curto/médio prazo (definido pelos 2 a 3 anos próximos).

O quadro junto dá conta dos resultados apurados em três perguntas, sobre as previsões dos sujeitos para o prazo de 2/3 anos relativamente a: «situação profissional do próprio» (P73); «remuneração do próprio» (P74); e «nível de vida dos portugueses» (P67):

Quadro 7

Previsão a 2/3 anos:	Situação Prof.	Remuneração	Nível de Vida
«Melhor»	39%	55%	31%
«Semelhante»	49%	37%	43%
«Pior» (do que actual)	12%	8%	26%
	100%	100%	100%

Como se pode observar pelos números apresentados, existe da parte dos respondentes uma expectativa ligeiramente favorável acerca da evolução da economia no curto/médio prazo (traduzida pela diferença de 5 pontos percentuais entre «optimistas» e «pessimistas» no que respeita à previsão do nível de vida dos portugueses). Em segundo lugar, identifica-se uma expectativa *mais* favorável (do que a anterior) relativamente à melhoria da situação profissional dos sujeitos. Isto pode significar que existe a atribuição de um lugar importante ao mérito individual, que permitirá aproveitar as condições sócio-económicas existentes para uma melhoria relativa da situação económica de cada qual, e que as pessoas respondentes se reconhecem como tendo essa capacidade. E, por último, existe uma expectativa ainda mais favorável do que qualquer das anteriores no que toca à evolução das remunerações e que, logicamente, deve resultar do efeito conjugado dos dois factores antecedentes, ou seja: da evolução favorável da economia e da capacidade própria para melhorar a situação profissional.

Este quadro interpretativo de resultados parece ser reforçado pelas seguintes verificações:

- É coerente com o resultado obtido na pergunta P68 relativa à previsão da diminuição da distância ao nível de vida da média dos países da União Europeia, no mesmo prazo de 2/3 anos, na qual 30% concordam que «diminuirá», contra «18%» que prevêem que «aumentará».
- É compatível com a previsão negativa feita da evolução do emprego no país, sempre no prazo de 2/3 anos, pergunta (P66) à qual 26% responderam no sentido de que o emprego «melhorará», contra 40% que opinam que ele «piorará».
- E é concordante com a avaliação que os respondentes fazem do seu nível de vida presente e da sua previsão a 2/3 anos (P64 e P65), com as expectativas de poupança a aumentarem de 36 para 39%, a compressão do consumo a abrandar (de 25 para 22% de casos), tal como o endividamento (de 7 para 6%).
- Sendo ainda compaginável com a avaliação intergeracional que os respondentes fazem, quando comparam a sua vida com a previsível vida dos seus filhos (P69), onde 66% consideram que esta será «melhor» de que a sua.

#### 4. Percepções de equidade e de diferença em matéria sócio-económica

Nestes termos, parece ser de validar o conjunto de perguntas formuladas, pela coerência e consistência dos resultados obtidos. Parece igualmente ser de validar a definição do lapso de tempo escolhido para representar a noção de curto/médio prazo, que permite uma estimativa racional fundada em informações ao alcance da generalidade dos sujeitos respondentes (custo de vida, desemprego, opinião pública, etc.) e não meramente manifestações resultantes da projecção de desejos ou aspirações.

No seguimento da verificação ocorrida no ponto anterior, podemos sustentar que a resposta obtida à pergunta P72, relativa à satisfação com a remuneração auferida, onde 45% dos respondentes manifestam «satisfação» com a mesma, contra 55% de «insatisfeitos», é inteiramente conjugável com os resultados observados na pergunta P43B do ISSP, onde apenas 15% dos inquiridos mostram concordar que a sua remuneração seja «elevada». Com efeito, a satisfação com a remuneração auferida – como de resto a insatisfação – existe quer em caso de remuneração elevada quer perante uma remuneração que, não sendo considerada elevada, possa ser aceite como «justa», como demonstrou em tempos Elliot Jaques<sup>7</sup>.

Por outro lado, vale a pena analisar os resultados obtidos na pergunta P34 do ISSP sobre os critérios supletivos de remuneração (suposta justa). No entendimento dos respondentes, eis o ordenamento desses critérios:

Quadro 8

Crítérios	Ordem	% de respostas «Muito ou Bastante Importante»
Qualidade do trabalho realizado	1º	79%
Antiguidade na empresa	2º	44%
Habilitações escolares	3º	39%
Encargos familiares	–	39%

<sup>7</sup> Em *Trabajo, Incentivos y Retribución* (1968), Elliot Jaques argumenta que todo o individuo tem a noção da retribuição equitativa que corresponde à sua contribuição profissional, num dado contexto organizacional e de mercado.

Estes números mostram que, para a maior parte dos inquiridos, a remuneração deve premiar a qualidade do trabalho efectuado, isto é, um factor de realização imediatamente envolvido na relação jurídica de trabalho, a par do tempo de referência, do rendimento auferido e da tarefa profissional em causa. Não é impossível pensar que a voga actual de preocupações com «a qualidade» (na produção, no consumo, no ambiente, na «vida») não tenha algo que ver com este resultado. Mas, em todo o caso, deve enfatizar-se que, com ele, nos colocamos inteiramente dentro da problemática *económica* da relação de trabalho (nomeadamente da relação salarial), ao contrário dos restantes factores, preferidos já apenas por minorias, quer seja o factor da antiguidade na empresa (que é, fundamentalmente, um prémio à fidelidade e à experiência), quer seja o das habilitações escolares (de alguma maneira, um valor de renda de investimentos passados, ou mesmo herdados pelo sujeito), quer seja ainda o dos encargos familiares, isto é, em boa medida, a *esfera das necessidades*, remetida eventualmente para o mundo privado dos sujeitos e/ou para a função redistribuidora do Estado, mas deslegitimada enquanto critério atendível de remuneração do trabalho.

49

Vale também a pena referir a observação registada no inquérito OEFP-98 quanto à consideração de eventuais medidas para proteger o garantir o próprio emprego, ou para lutar contra o desemprego existente na sociedade. Desde logo, os inquiridos revelaram uma grande dificuldade em equacionar tais hipóteses ou posicionar-se perante as alternativas oferecidas, já que as taxas de não-resposta subiram em flecha para valores rondando a metade da amostra. Em seguida, perante a alternativa de «congelar salários» ou de «reduzir o tempo de trabalho com a correspondente redução de salário», foi esta segunda a que obteve maior número de adesões, tanto no caso em que o objectivo de tal medida era a protecção do emprego do respondente, como naquele em que se tratava de lutar, em geral, contra o desemprego.

Perante tal quadro de respostas, restaria aprofundar se tal opção será motivada por valores de tipo solidarista – como ideologicamente se costuma interpretar –, se por outro tipo de razões (entre as quais a eventual possibilidade de aproveitamento do tempo livre para uma segunda ocupação).

Para terminar, gostaríamos ainda de referir os resultados apurados no inquérito ISSP-97 relativos à execução das tarefas domésticas (P32). Aqui não se trata de opiniões, mas do

relato de práticas quotidianas. Para as *mulheres* respondentes, em 75% dos casos são elas a assumir sozinhas as referidas tarefas, em 20% dos casos fazem-no em partilha com outros, restando 5% de situações em que um terceiro as assume totalmente. Para os *homens*, apenas 6% têm inteiramente a seu cargo estas tarefas, em 14% dos casos partilham-nas com terceiros e em 80% das vezes é esse terceiro que as realiza inteiramente. É uma realidade muito conhecida mas que nem por isso deixa de impressionar quando pode ser quantificada desta maneira. ■

## Referências Bibliográficas

- Cabral, Manuel V. 1998 *Atitudes sociais dos portugueses: Base de Dados 1997 – orientações perante o trabalho*. Lisboa: ICS/ISSP.
- Cabral, M. V.;  
Freitas, E.;  
Rodrigues, M. L.  
Gouveia, T. P. (org.) 1993 «Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento», in Gouveia, T. P. (org.), *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: D. Quixote.
- Gouveia, T. P. (org.) 1993 *Sociedade, valores culturais e desenvolvimento*. Lisboa: D. Quixote.
- Jaques, Elliot 1968 *Trabajo, incentivos y retribución*. Buenos Aires: Paidón.
- Rodrigues,  
Maria de Lurdes 1995 «Atitudes da população portuguesa perante o trabalho», *Organizações e Trabalho*, 14, 33-63.